



EDITAL

**PROCESSO LICITATÓRIO nº. 067/2025
INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO nº. 021/2025**

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Alto Paranaíba – CISALP, através da Comissão Permanente de Licitação, divulga para conhecimento do público e interessados, que está procedendo ao Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas no fornecimento de serviços de chaveiro para prestação de serviços como confecção de cópias de chave, reparos e manutenções para o CISALP, sem garantia de consumo mínimo e com pagamento por contratação individualizada, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, por meio de procedimento auxiliar de credenciamento, com base no artigo 79, I “*caput*”, da Lei nº. 14.133/2021, **a partir de 21 de novembro de 2025, no horário das 08:01 às 16:00 horas, na sede do CISALP**, com endereço na Rua Juquinha Souto, nº 100, bairro Novo Horizonte, na cidade de Lagoa Formosa/MG, CEP 38.720-000, **permanecendo em aberto, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, após publicado**, segundo as condições estabelecidas no presente edital, nos seus anexos e na Minuta do Contrato, cujos termos o integram.

O presente processo licitatório será regido pelas disposições da Lei nº. 14.133/2021 e Resolução do CISALP nº. 008 de 11 de março de 2025.

INTEGRAM O PRESENTE EDITAL, OS SEGUINTE ANEXOS:

Anexo I: Termo de Inscrição para credenciamento;

Anexo II: Declaração de concordância com o edital;

Anexo III: Declaração de disponibilidade, aptidão e capacidade para atendimento;

Anexo IV: Modelo de Declaração de que não emprega menores;

Anexo V: Relação de itens com preço (s) de referência para contratação;

Anexo VI: Declaração de Dados Bancários;

Anexo VII: Declaração Simples Nacional;

Anexo VIII: Modelo de Solicitação de Credenciamento;

Anexo IX: Modelo das Declarações;

Anexo X: Termo de Referência – TR;

Anexo XI: Estudo Técnico Preliminar – ETP;





Anexo XII: Formulário de Requerimento de Prestação de Serviços;

Anexo XIII: Minuta de Contrato;

1. DO OBJETO

Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas no fornecimento de serviços de chaveiro para prestação de serviços como confecção de cópias de chave, reparos e manutenções para o CISALP, sem garantia de consumo mínimo e com pagamento por contratação individualizada, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DO PRAZO E FORMA DE CREDENCIAMENTO

2.1. O credenciamento ocorrerá **a partir de 21 de novembro de 2025 no horário das 08:01 às 16:00 horas, devendo todos os interessados encaminhar TODOS os documentos necessários para o e-mail suportelicitacao@cisalp.mg.gov.br, permanecendo em aberto, por um período de 12 (doze) meses a partir, após publicado, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações**, segundo as condições estabelecidas no presente edital, nos seus anexos e na Minuta do Contrato, cujos termos o integram.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O (s) interessado (s) deverá (ão) apresentar, para credenciamento, a relação de prestação de serviços, juntamente com a documentação exigida para habilitação, no prazo e local constantes do item 2 deste edital, em conformidade com os seguintes requisitos:

3.2. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

3.2.1. Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados em originais, ou publicação em órgão oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou por servidor do CISALP, mediante apresentação de cópias acompanhadas dos originais.

3.2.2. As certidões exigidas deverão estar dentro do prazo de validade. Na ausência de definição da validade, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua emissão.

3.2.3. Produzirão os mesmos efeitos para os fins deste edital as certidões negativas de débito (CND) e as certidões positivas com efeito de negativas (CPD-EN).

3.2.4. A documentação exigida será vistoriada pela comissão permanente de licitações e contratos, ou órgão correspondente.





3.2.5. Não poderão participar do credenciamento, aqueles que não apresentarem a documentação constante dos itens 3.3. (a seguir).

3.3. DOCUMENTOS PESSOA JURÍDICA

3.3.1. DECLARAÇÕES QUE A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR

- a) **Termo de Inscrição para credenciamento** (Anexo I);
- b) **Declaração de concordância com o edital assinado pelo representante legal da empresa** (Anexo II);
- c) **Declaração de disponibilidade, aptidão e capacidade de atendimentos compatíveis com o objeto do credenciamento quantitativo à disposição e horários** (Anexo III);
- d) **Declaração de que não emprega menores, conforme disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, na forma do Decreto nº. 4.358/2002** (Anexo IV);
- e) **Relação de itens com preços (s) de referência para credenciamento** Anexo V. (Neste anexo a empresa deverá colocar somente os itens para os quais irá credenciar os serviços);
- f) **Declaração dados bancários** (Anexo VI).
- g) **Declaração Simples Nacional** (Anexo VII).
- h) **Declaração Referente ao Credenciamento - 1** (Anexo VIII).
- i) **Declaração Referente ao Credenciamento - 2** (Anexo IX).

3.3.2. CERTIDÕES QUE A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR

3.3.2.1. **Registro Comercial** no caso de empresa individual;

3.3.2.2. **Ato constitutivo, estatuto, ou contrato social e último aditivo contratual**, que contenha as alterações em vigor, devidamente registrados, em que se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de seus administradores;

3.3.2.3. **Decreto de autorização de funcionamento**, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente;

3.3.2.4. **Documento comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.3.2.5. **Documentos dos sócios administradores, ou cargo equivalente;**





3.3.2.6. Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio do interessado licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, cuja prova dar-se-á pela apresentação dos seguintes documentos:

- a) **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- b) **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede** da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- c) **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

3.3.2.8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)** comprovando a inexistência de débito junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, ou documento equivalente que comprove regularidade;
- b) **Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS** ou documento equivalente que comprove a regularidade;
- c) **Certidão de Falência e Concordata.**

3.5. DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

3.5.1. Deverá a licitante apresentar os documentos relacionados no item 10.5 do Termo de Referência.

3.6. DOS IMPEDIMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO

3.6.1. É vedado o credenciamento nos termos deste edital, nos seguintes casos:

- a) Para profissionais que forem servidores públicos em exercício de cargo em comissão, ou função gratificada;
- b) Para pessoas jurídicas que não cumpram as exigências deste edital.



4. DO PROCEDIMENTO

4.1. O recebimento dos envelopes de habilitação e credenciamento terá início na data estipulada neste Edital, podendo, os documentos, serem enviados ao e-mail suporte@licitação.mg.gov.br.

4.2. A Comissão de Licitação poderá convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos, porventura necessários.

4.3. Após a análise, a Comissão, com base no parecer dos técnicos da Secretaria Executiva decidirá pela Aceitação ou Recusa do Credenciamento.

4.4. A recusa será sempre baseada no não cumprimento de quesitos estabelecidos por este Edital.

4.5. Serão credenciadas todas as empresas que satisfizerem as exigências contidas neste edital.

4.6. Recebidos os documentos, o servidor responsável terá 05 dias úteis para conferência da documentação enviada pelos interessados.

4.7. Após o envio completo da documentação e habilitação dos interessados, o credenciamento será finalizado em até 05 (cinco) dias úteis, contados do dia em que foi encaminhado TODOS os documentos regularizados.

5. DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

5.1. As condições de valor e forma de pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

6. DAS RETENÇÕES FISCAIS

6.1. DO IMPOSTO DE RENDA: Deverá ser retido na nota fiscal o valor de Imposto de Renda, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 alterada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, e regulamentada no CISALP através da resolução nº 21/2023. Pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.





6.2. DOS IMPOSTOS DE PIS, COFINS E CSLL: Os impostos de PIS, COFINS e CSLL não são passíveis de retenção na fonte devido a não formalização de convênio com a Receita Federal, conforme preconiza a portaria SRF 1.454/2004.

6.3. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (QUANDO FOR O CASO) - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

6.4. A falta de destaque do valor de qualquer retenção no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

6.5. A Administração poderá realizar a retenção de 1% da nota fiscal referente ao PASEP, assim que se julgar necessário para a manutenção das atividades do consórcio.

7. DO REAJUSTE

7.1. Os valores e quantitativos de procedimentos previstos no Termo de Referência que compõe o anexo X deste Edital poderão ser atualizados e republicados a qualquer tempo, vinculando os contratos existentes a partir de sua publicação, tornando o processo duradouro e atendente às demandas públicas.

A atualização dos valores poderá refletir diminuição dos anteriormente fixados.

7.2. Para ocasião do Processo Licitatório em questão, os valores elencados se referem a realização, pelo CISALP, de pesquisa de mercado para obter valores adequados, considerando o menor valor, conforme estabelecido no art. 23 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

7.3. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela CONTRATADA, esta deverá comprovar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do fornecimento, por meio de apresentação de planilha (s) detalhada (s) de custos seguindo a mesma metodologia da composição da proposta e documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc.), que comprovem que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente avençadas.

7.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo CISALP e/ou municípios consorciados, deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo ao erário público.



7.5. Fica facultado ao CISALP realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela CONTRATADA.

7.6. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica do CISALP.

7.7. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços acordados no presente instrumento.

8. DO CONTRATO

8.1 A validade do Termo de Credenciamento acompanhará a validade do processo de credenciamento, contado a partir da assinatura.

8.2. O credenciado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, mediante solicitação e aceite por parte do contratante, contados a partir da convocação pela Administração para assinatura do contrato ou Termo de Credenciamento.

9. PENALIDADES E SANÇÕES

9.1. O não cumprimento ou o cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação de serviço, por parte do CONTRATADO, ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Termo de Contrato, para cada notificação formalizada a este, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei.

9.1.1 A aplicação da multa prevista no item anterior poderá ocorrer somente três vezes, sendo que a notificação seguinte ensejará a rescisão contratual e aplicação das demais sanções previstas.

9.1.2. O CONTRATADO ficará sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações, nos casos não previstos no Edital.

9.1.3. Verificada uma das hipóteses previstas nos sub-itens anteriores, o CISALP poderá optar pela convocação dos demais contratados, se houver.

9.1.4. Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado o CISALP poderá, garantida a prévia defesa do contratado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste Termo de Contrato juntamente com as seguintes sanções.

a) Advertência.



b) Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.

9.1.5. As sanções previstas na alínea “c”, do sub-item 9.1.4, são de competência exclusiva do Presidente do CISALP, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias a contar da abertura das vistas.

10. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

10.1. As impugnações ao presente edital convocatório deverão ser dirigidas à Comissão de Licitação do CISALP, até 3 (três) dias úteis antes da primeira data fixada para a abertura dos envelopes de credenciamento.

10.2. Os recursos referentes às decisões relativas ao processo de credenciamento, poderão ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do dia, subsequente à intimação dos atos. A petição devidamente fundamentada deverá ser dirigida à Comissão de Licitação do CISALP, através do e-mail suportelicitacao@cisalp.mg.gov.br.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As dotações orçamentárias são as estabelecidas no Termo de Referência.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Faz parte integrante deste edital todos os anexos abaixo relacionados.

12.2. O presente instrumento e seus anexos poderão ser retificados a qualquer tempo para correções de erros, inclusão de novos itens e atualização de valores. Eventuais mudanças serão publicadas no Diário Oficial do CISALP e site deste consórcio.

12.2. Fica eleito o foro da Comarca de Patos de Minas/MG, para solucionar quaisquer questões oriundas deste edital.

12.3. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a este credenciamento, serão prestados pelo telefone (34)3080-0315, ou ainda pelo e-mail suportelicitacao@cisalp.mg.gov.br.





Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paranaíba

CISALP

de ♥ pra você



Lagoa Formosa/MG, 06 de novembro de 2025.

Fernando Breno Valadares Vieira
Presidente do CISALP

 www.cisalp.mg.gov.br

 (34) 3080-0315

 @cisalp

Sede CISALP



Rua Juquinha Souto, nº 100 - Novo Horizonte
Lagoa Formosa-MG | CEP: 38720-000



ANEXO I

**TERMO DE INSCRIÇÃO PARA CREDENCIAMENTO NO PROCESSO
LICITATÓRIO nº. 067/2025, INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO nº.
021/2025**

DADOS DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE	
01. NOME DA EMPRESA	02. CPF/CNPJ
03. ENDEREÇO	04. BAIRRO
05. CIDADE/UF	06. CEP
07. TELEFONES	08. E-MAIL
DADOS DO DIRIGENTE/PROFISSIONAL RESPONSÁVEL	
09. NOME DO DIRIGENTE/PROFISSIONAL RESPONSÁVEL	10. RG
11. CPF	12. OUTRO
13. ENDEREÇO	14. BAIRRO
15. CIDADE/UF	16. CEP
17. TELEFONES	18. E-MAIL

Lagoa Formosa, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do Licitante



ANEXO II

**DECLARAÇÃO CONCORDÂNCIA COM EDITAL DO PROCESSO
LICITATÓRIO nº. 067/2025, INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO nº.
021/2025**

À COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO CISALP,

O licitante (pessoa física/jurídica) (*****), inscrito no CPF/CNPJ (*****), por intermédio do seu representante, (*****), portador da identidade (*****) e do CPF (*****), declara para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório em epígrafe, sob a modalidade Inexigibilidade por Credenciamento 021/2025, instaurado pelo CISALP, que estamos de acordo com todas as disposições do referido edital.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Lagoa Formosa/MG, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do Licitante



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE, APTIDÃO E CAPACIDADE PARA ATENDIMENTO

À COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO CISALP

Declaramos sob as penas da lei e para fins de direito, na qualidade de licitante, do **Processo Licitatório nº. 067/2025, Inexigibilidade por Credenciamento nº. 021/2025**, em cumprimento ao instrumento convocatório, que o(s) profissional(is) integrante(s) da Equipe Técnica indicado(s) para este certame possui(em) vínculo com nossa empresa, e que o(s) responsável(is) técnico(s) detentor(es) do(s) atestado(s) de capacidade técnica será(ão) o(s) responsável(is) em todas as fases deste procedimento licitatório até a conclusão do objeto do contrato, não sendo substituído(s), salvo casos de força maior, e mediante prévia concordância do CISALP, apresentando para tal fim, o acervo do novo profissional a ser incluído, que deverá possuir igual ou superior qualificação com relação ao anterior, bem como as demais comprovações, dos seguintes profissionais:

a) _____

[Profissão, Nome, Documento e Assinatura]

b) _____

[Profissão, Nome, Documento e Assinatura]

Por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

Lagoa Formosa, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do Licitante



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DO ARTIGO 7º, XXXIII, CF

O licitante (pessoa física/jurídica) (*****), inscrito no CPF/CNPJ (*****), por intermédio do seu representante, (*****), portador da identidade (*****) e do CPF (*****), **DECLARA**, na qualidade de licitante, do **Processo Licitatório nº. 067/2025, Inexigibilidade por Credenciamento nº. 021/2025**, para fins do disposto nos termos do inciso XXXIII no art. 7º da Constituição Federal e inciso VI Art 68 da Lei Federal nº 14.133/21 que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Lei Federal nº 9.854/99.

Lagoa Formosa, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do Licitante



ANEXO V

**RELAÇÃO DE ITENS COM PREÇO (S) DE REFERÊNCIA PARA O PROCESSO
LICITATÓRIO n°. 067/2025, INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO n°. 021/2025**

(NESTE ANEXO A EMPRESA DEVERÁ COLOCAR SOMENTE OS ITENS PARA OS QUAIS IRÁ CREDENCIAR OS SERVIÇOS), POIS A **QUANTIDADE TOTAL DO CREDENCIAMENTO SERÁ DIVIDA PARA TODOS OS PRESTADORES CONTRATADOS.**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO						
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	11288	Confecção de cópias de chaves abrangendo todos os tipos de chaves de cadeados, fechaduras e dispositivos similares, com precisão na cópia, respeitando as especificações dos modelos solicitados. O serviço deve garantir o funcionamento pleno dos dispositivos de segurança para os quais as chaves se destinam.	SV	50	R\$ 14,50	R\$ 725,00
02	11289	Confecção de cópias de chaves simples para veículos da frota da CISALP, incluindo ônibus, carros e vans que não possuem sistemas eletrônicos de segurança, como chip ou imobilizador. As chaves devem ser reproduzidas com precisão, utilizando materiais de qualidade	SV	50	R\$ 50,00	R\$ 2,500,00



		e compatíveis com o modelo original, garantindo seu funcionamento correto, sem comprometer a segurança ou causar danos aos veículos.				
03	11290	Confecção e programação de chaves eletrônicas para veículos modernos da frota CISALP, incluindo ônibus, carros e vans que utilizam sistemas de imobilização ou outros dispositivos de segurança codificados. As cópias devem ser programadas de acordo com as especificações técnicas de cada modelo de veículo, utilizando equipamentos compatíveis e seguros, de forma a garantir total integração com o sistema eletrônico de segurança. A chave resultante deve funcionar corretamente nas funções de ignição, travamento e desbloqueio, com a mesma eficácia e confiabilidade da chave original.	SV	50	R\$ 400,00	R\$ 20.000,00
04	11291	Serviços de manutenção preventiva e corretiva em fechaduras, cadeados e demais dispositivos de segurança, abrangendo todos os tipos de reparos necessários para garantir o pleno funcionamento desses sistemas. As manutenções devem ser	HORA	60	R\$ 122,00	R\$ 7.320,00



		realizadas de forma imediata, sempre que solicitado, incluindo ajustes, consertos e substituição de peças, quando necessário, utilizando componentes fornecidos pelo CISALP.				
--	--	--	--	--	--	--

Lagoa Formosa, (**) de (*****) de 2025.

Assinatura do Licitante





ANEXO VI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 067/2025

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº. 021/2025

FICHA CADASTRAL/DADOS BANCÁRIOS CNPJ:

RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:		
ENDEREÇO:		
BAIRRO:	CIDADE:	UF:
CEP:	TEL (1):	TEL (2):
E-MAIL:		SITE:
CONTATO:		TEL:

REPRESENTANTE LEGAL (1):			
RG:	EMISSOR:	CPF:	CARGO:

REPRESENTANTE LEGAL (2):			
RG:	EMISSOR:	CPF:	CARGO:

DADOS BANCÁRIOS	
BANCO:	Nº DO BANCO:
AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE:

DATA: ____/____/____

ASSINATURA:



ANEXO VII

DECLARAÇÃO EMPRESA OPTANTE SIMPLES NACIONAL

A empresa _____, sediada à Rua _____, n° _____, bairro _____, cidade _____, CEP _____ inscrita no CNPJ sob o n° _____, neste ato representada pelo (a) Sr (a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n° _____, inscrito(a) no CPF sob n° _____, DECLARA, para fins de não incidência na fonte do Imposto de renda conf. Previsto no Art. 1º da IN 765 de 02/08/2007, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (SIMPLES NACIONAL), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) Apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

II - O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Lagoa Formosa, _____ de _____ 2025.

Assinatura do Representante Legal, carimbo CNPJ ou papel timbrado da empresa.



ANEXO VIII

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

(Em papel timbrado da empresa ou identificação do interessado no credenciamento)

Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP

Ref.: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO n°. 021/2025 – PROCESSO n°. 067/2025

Objeto: Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas no fornecimento de serviços de chaveiro para prestação de serviços como confecção de cópias de chave, reparos e manutenções para o CISALP, sem garantia de consumo mínimo e com pagamento por contratação individualizada, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Prezados senhores,

Em cumprimento aos ditames editalícios, solicitamos o nosso credenciamento ao processo administrativo n°. 067/2025, Inexigibilidade por Credenciamento n°. 021/2025, e utilizamo-nos da presente para submeter à apreciação de V.Sas. os documentos abaixo relacionados, necessários ao credenciamento para prestação dos serviços:

1. Ato Constitutivo;
2. Cartão do CNPJ;
3. Documentos Pessoais Sócios;
4. Certidão do FGTS;
5. CNDT;
6. CND Federal;
7. CND Estadual;
8. CND Municipal;
9. Certidão Negativa de Falência ou Concordata;
10. Declarações do edital (I ao IX);
11. Xerox dos documentos pessoais;





18. INSERIR OUTROS DOCUMENTOS, CASO OS TENHA.

Na oportunidade, credenciamos junto ao CISALP o (a) Sr. (a) _____, carteira de identidade nº. _____, órgão expedidor _____, CPF nº. _____, telefone nº. _____, endereço eletrônico _____, ao qual outorgamos os mais amplos poderes, inclusive para interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no processo de credenciamento. (opcional)

Atenciosamente,

Nome do representante legal

Cargo



ANEXO IX

MODELO DAS DECLARAÇÕES

Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP

Ref.: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO n.º. 021/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO n.º. 067/2025

Objeto: Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas no fornecimento de serviços de chaveiro para prestação de serviços como confecção de cópias de chave, reparos e manutenções para o CISALP, sem garantia de consumo mínimo e com pagamento por contratação individualizada, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

(nome da empresa), CNPJ-MF n.º, sediada (endereço completo), telefone (xx) xxxx-xxxx, e-mail:, tendo examinado o Edital, vem declarar sob as penas da lei:

- a) Para fins de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que em seu quadro de funcionários não há empregados menores de 18 anos na realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que também não há empregados menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;
- b) Que atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
- c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- e) A inexistência de fato impeditivo de credenciamento;
- f) Que atenderá ao quantitativo mínimo de estabelecimentos credenciados, conforme item 3.6 do anexo II deste Edital, no ato da contratação;



Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paranaíba

CISALP

de  pra você



g) Que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos ao credenciamento em causa e nossa plena concordância com as condições constantes do respectivo Edital e seus anexos.

(localidade), ____ de _____ de 2025.

Nome do Representante legal





ANEXO X

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, NATUREZA, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO:

1.1. Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas no fornecimento de serviços de chaveiro para prestação de serviços como confecção de cópias de chave, reparos e manutenções para o CISALP, sem garantia de consumo mínimo e com pagamento por contratação individualizada, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objetivo é promover contratações simultâneas em condições padronizadas através da convocação de interessados em prestar serviços para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem para executar o objeto, quando convocados.

1.3. Será contemplado com a prestação dos serviços presentes neste instrumento o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP durante o período de vigência do Termo de Contrato.

1.4. Segue detalhamento dos serviços a serem contratados:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO						
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	11288	Confecção de cópias de chaves abrangendo todos os tipos de chaves de cadeados, fechaduras e dispositivos similares, com precisão na cópia, respeitando as especificações dos modelos solicitados. O serviço deve garantir o funcionamento pleno dos dispositivos de segurança para os quais as chaves se destinam.	SV	50	R\$ 14,50	R\$ 725,00
02	11289	Confecção de cópias de chaves simples para veículos da frota da CISALP, incluindo	SV	50	R\$ 50,00	R\$ 2,500,00





		ônibus, carros e vans que não possuem sistemas eletrônicos de segurança, como chip ou imobilizador. As chaves devem ser reproduzidas com precisão, utilizando materiais de qualidade e compatíveis com o modelo original, garantindo seu funcionamento correto, sem comprometer a segurança ou causar danos aos veículos.				
03	11290	Confecção e programação de chaves eletrônicas para veículos modernos da frota CISALP, incluindo ônibus, carros e vans que utilizam sistemas de imobilização ou outros dispositivos de segurança codificados. As cópias devem ser programadas de acordo com as especificações técnicas de cada modelo de veículo, utilizando equipamentos compatíveis e seguros, de forma a garantir total integração com o sistema eletrônico de segurança. A chave resultante deve funcionar corretamente nas funções de ignição, travamento e desbloqueio, com a mesma eficácia e confiabilidade da chave original.	SV	50	R\$ 400,00	R\$ 20.000,00
04	11291	Serviços de manutenção preventiva e corretiva em	HORA	60	R\$ 122,00	R\$ 7.320,00



		fechaduras, cadeados e demais dispositivos de segurança, abrangendo todos os tipos de reparos necessários para garantir o pleno funcionamento desses sistemas. As manutenções devem ser realizadas de forma imediata, sempre que solicitado, incluindo ajustes, consertos e substituição de peças, quando necessário, utilizando componentes fornecidos pelo CISALP.				
--	--	--	--	--	--	--

1.5. A validade do Termo de Credenciamento acompanhará a validade do processo de credenciamento, contado a partir da assinatura.

1.6. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à sua formalização, validade e demais condições.

1.7. A maior vantagem apresenta-se pela possibilidade de mais empresas prestadoras dos serviços se credenciarem, facilitando a prestação de serviços e oferecendo mais segurança na solicitação de produtos, sendo de qualidade e com menor custo benefício gerando economicidade para a administração.

1.8. O objeto desta contratação não se caracteriza como item de luxo, nos termos do Decreto nº 5.401/2023, e não possui padrão de fornecimento obrigatório.

1.9. Por se tratar prestação de serviços, o objeto deste termo não demandou padronização.

1.10. O Contratante não se obriga a contratar todos os itens, mas sim, a quantidade necessária para atender a demanda do CISALP.

1.11. Os serviços ora contratados estão referidos e serão solicitados conforme demandas do consórcio, compatibilizando-se com a urgência na prestação de serviços.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:



2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

3.1. Os consórcios públicos enquanto solução organizacional atua suprimindo as necessidades de coordenação e integração entre os entes federativos. Os benefícios dos consórcios são o ganho de escala na prestação de serviços, a racionalidade de processos e de despesas. A regionalização vem como uma estratégia de hierarquização que orienta a descentralização as ações e serviços, proporcionando a opção de oferta de serviços com fornecimento de produtos em volumetria o que tendem a reduzir-se os preços / custos sendo uma ferramenta de grande valia para Administração Pública.

3.2. A forma do fornecimento, os custos e o modo de pagamento, responsabilidades e condições gerais, seguem especificadas a seguir.

3.2.1. Dos Serviços: Os fornecimentos dos produtos e prestação de serviço serão realizados conforme descritivos discriminados em tabela constante no item 1.3.

3.2.2. Da forma de execução: Os fornecimentos dos produtos serão realizados conforme demanda apresentada pelo CISALP.

3.2.3. Do horário e da data de atendimento: A empresa contratada deverá manter um canal de comunicação direto e eficiente para atendimento das solicitações e resolução de eventuais problemas no fornecimento dos itens, com prazo máximo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas, exceto para os casos que deverão ser resolvidos imediatamente.

3.2.4. Todos os produtos deverão ser entregues em horários e locais determinados pelo CISALP, respeitando os prazos acordados e garantindo a pontualidade.

3.2.5. Os reparos necessários deverão ser executados com urgência, visando garantir a segurança integral das dependências do consórcio. Caso a empresa credenciada mais próxima ao local do serviço não esteja disponível para realizá-lo, será convocada a próxima empresa da lista, conforme a ordem de credenciamento.

3.3. A contratada deverá atender às demandas de caráter emergencial ou eventual, sem prejuízo a execução do serviço previstas no contrato.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Os requisitos da contratação se encontram dispostos no Estudo Técnico Preliminar, em seu item 4.

4.1.1. Além dos requisitos da contratação já previstos no ETP e que seguem em anexo a esse termo de referência, deverá ser observado o que segue:



4.2. Subcontratação: A subcontratação do objeto contratual deverá ser submetida a análise prévia da contratante.

4.3. Garantia da contratação: Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelo tipo do objeto a ser contratado.

4.4. Vistoria: Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.5. Critério de Julgamento: A admissão do credenciamento será feita mediante comprovação dos documentos exigidos no edital.

4.6. Regime de execução: O regime de execução do contrato será mediante demanda apresentada pelo contratante.

4.7. Requisitos da Contratação Sustentabilidade: Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.8. Termo de Contrato ou Instrumento equivalente: Após a homologação do credenciamento, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Credenciamento, emitido posteriormente instrumento equivalente ao contrato, o qual poderá ser a Nota de Empenho.

4.9. Alocação de riscos Previstos e Presumíveis: A responsabilidade pelos ônus financeiros decorrentes de situações futuras e incertas – riscos que possam ocorrer depois da apresentação da proposta para credenciamento – definindo a condição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato será gerenciada pela contratante.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO: Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Fase 01: Credenciamento: Primeiramente o prestador será credenciado ao CISALP mediante apresentação completa da documentação exigida no edital.

5.2. Fase 02: Apresentação da Demanda: O CISALP solicitará formalmente ao prestador a prestação dos serviços realizada, conforme os critérios definidos. Os serviços deverão ser prestados em até 03 horas nos casos urgentes que envolvem segurança da instituição. Em casos que não envolvem demandas urgentes, o serviço deverá ser prestado em até 48 horas.

5.2.1. Fase 03:

5.2.1.1. Pagamento: O prestador emitirá a Nota Fiscal relativa aos serviços executados, à diretoria financeira do CISALP, a qual efetuará a análise e determinará a liquidação.



5.2.1.1.1. A execução do serviço deverá iniciar em até 1 (um) dia útil após assinatura do contrato (conforme demanda apresentada pelo CISALP).

5.2.1.1.2. Todos os serviços ofertados pelo proponente deverão ser obrigatoriamente executados, estando sujeito as sanções previstas neste Termo de Referência/ Projeto Básico.

5.2.1.1.3. Todo e qualquer material, assessorios, matéria prima, mão de obra e outros necessários serão de exclusiva responsabilidade do Contratado, exceto as peças em sentido estrito.

5.2.1.1.4. Na execução dos serviços, o prestador deverá atender às necessidades, condições e normas fixadas pelo CISALP, estar em consonância com as legislações descritas, atinentes à prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, visando garantir a qualidade dos mesmos.

5.2.1.1.5. A execução contratual observará as rotinas que foram detalhadas no estudo técnico preliminar.

5.2.2. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.2.3. O prazo de garantia contratual será conforme estabelecido no edital.

6. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

6.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

6.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

6.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

6.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

6.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo 7 aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



6.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

6.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

6.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

6.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

6.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

6.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

6.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

6.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

7.1. O Contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para o e-mail: licitacao@cisalp.mg.gov.br para esse fim.



7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.7. Fiscalização: A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.7.1. Fiscalização Técnica: O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Resolução nº 04/2023 do CISALP). O fiscal técnico do contrato poderá anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Portaria 015/2024 do CISALP). Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Resolução nº 04/2023 do CISALP). O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Portaria 015/2024 do CISALP). No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Portaria 015/2024 do CISALP). O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Portaria 015/2024 do CISALP).

7.7.2. Fiscalização Administrativa: O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o



pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Portaria 015/2024 do CISALP). Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Portaria 015/2024 do CISALP).

7.8. Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando quando necessário e pertinente, relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Portaria 015/2024 do CISALP).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Portaria 015/2024 do CISALP).

O gestor do contrato anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Portaria 015/2024 do CISALP).

O gestor do contrato emitirá, quando necessário e pertinente, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Portaria 015/2024 do CISALP).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Resolução nº 04/2023 do CISALP).

O gestor do contrato deverá elaborar, quando for o caso, relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Portaria 015/2024 do CISALP).



O gestor do contrato, quando for o caso, deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

8.1. Recebimento:

8.1.1. Os serviços serão prestados e após, será emitido um instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. O contratado deverá atuar sempre de forma a fornecer serviços de qualidade, observando as normas técnicas e de segurança aplicáveis à sua atividade. Caso sejam constatadas irregularidades na prestação dos serviços, o contratante poderá: a) rejeitar total ou parcialmente o serviço, determinando que seja reexecutado sem custo adicional; b) rescindir o contrato a partir da notificação à contratada, arcando esta com os custos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.1.3. Qualquer intercorrência durante a execução do serviço, o contratado deverá imediatamente comunicar o contratante e tomar todas as providências necessárias.

8.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



8.1.8. O recebimento do serviço não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação:

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato (CNPJ e nome do fornecedor com atenção para os casos de matriz e filial) e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.1.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.1.2.1. O prazo para a correção de que trata o item 8.10 por parte do fornecedor/prestador de serviço será de 2 (dois) dias úteis.

8.1.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa o fornecedor/prestador de serviço será informado pelo setor competente através de e-mail previamente informado pelo fornecedor/prestador de serviço.

8.1.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente sempre que possível deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF que abrangerá o nível NÍVEL III (Regularidade fiscal e trabalhista federal) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

8.1.4.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;



8.1.4.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.1.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.1.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.1.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.1.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.2. Prazo de Pagamento:

8.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.2.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária. Forma de pagamento.

8.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente jurídica indicados pelo contratado.

8.2.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



8.2.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.2.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

8.2.7. Para a presente aquisição/prestação de serviço nos pagamentos NÃO observarão condições semelhantes às do setor privado por não ser conveniente ao CISALP essa forma de pagamento.

8.3. Das Retenções Fiscais:

8.3.1. DO IMPOSTO DE RENDA: Deverá ser retido na nota fiscal o valor de Imposto de Renda, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 alterada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, e regulamentada no CISALP através da resolução nº 21/2023. Pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

8.3.2. DOS IMPOSTOS DE PIS, COFINS E CSLL: Os impostos de PIS, COFINS e CSLL não são passíveis de retenção na fonte devido a não formalização de convênio com a Receita Federal, conforme preconiza a portaria SRF 1.454/2004.

8.3.3. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (QUANDO FOR O CASO) - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

8.3.4. A falta de destaque do valor de qualquer retenção no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

9. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA E DA HABILITAÇÃO:

9.1. Serão consideradas aptas à avaliação técnica todos os estabelecimentos que apresentarem os documentos de habilitação.



9.1.1. Os estabelecimentos que não atenderem aos requisitos exigidos pelo presente Termo de Referência não serão credenciados.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1. Poderão participar todos os interessados que se apresentarem para credenciamento a qualquer momento, durante a vigência do Edital, que cumprirem os requisitos de habilitação.

10.2. Os interessados deverão aceitar os valores referentes à realização dos serviços e fornecimento dos produtos constantes neste Termo de Referência/Edital.

10.3. Todos os interessados em prestar os serviços objeto deste credenciamento deverão participar do chamamento.

10.3.1. O regime de execução do contrato é o constante nesse Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

10.3.2. Caso haja mais de um prestador de serviços, será utilizado o critério de seleção, considerando o prestador que estiver mais próximo do local da demanda. Em caso de mais de um fornecedor na mesma cidade, será feita a alternância entre eles, em ordem de credenciamento.

10.4. Da Solicitação de Credenciamento:

10.4.1. Os interessados deverão apresentar sua oferta em consonância com sua capacidade técnica operacional para prestação de serviços.

10.4.2. A empresa credenciada somente fará jus aos valores correspondentes à realização dos serviços, previamente encaminhados, quando autorizados pelo contratante e efetivamente prestados.

10.4.3. A critério do contratante, o remanejamento nos quantitativos dos serviços elencados.

10.4.4. Da apresentação dos documentos: Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos, os quais serão conferidos pelo funcionário do CISALP nomeado para este fim.

Anexo I: Termo de Inscrição para credenciamento;

Anexo II: Declaração de concordância com o edital;

Anexo III: Declaração de disponibilidade, aptidão e capacidade para atendimento;

Anexo IV: Modelo de Declaração de que não emprega menores;

Anexo V: Relação de itens com preço (s) de referência para contratação;

Anexo VI: Declaração de Dados Bancários;

Anexo VII: Declaração Simples Nacional;



Anexo VIII: Modelo de Solicitação de Credenciamento;

Anexo IX: Modelo das Declarações;

10.5. Exigências de Habilitação: Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.5.1. Habilitação Jurídica:

10.5.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.5.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/servicos-para-mei/emissao-de-comprovante-ccmei>.

10.5.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.5.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.5.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.5.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.5.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.5.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



10.6. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

10.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.6.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.6.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

10.6.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.6.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

10.6.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.6.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.6.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.7. Do Credenciamento dos Interessados: O credenciamento dos prestadores ocorrerá nas seguintes condições:

10.7.1. Todo prestador que atender às condições estabelecidas neste Termo de Referência/Projeto Básico, Edital e seus ANEXOS serão credenciados.

10.7.2. Da escolha do Prestador: A seleção ocorrerá com base em critérios de logística, disponibilidade de agenda e outros fatores que garantam a eficiência na execução dos



serviços. Como prioridade, será escolhida a empresa mais próxima do local de prestação; havendo mais de uma no mesmo município, será observado a ordem cronológica do credenciamento, alternando entre uns e outros; não havendo disponibilidade para atender à demanda, proceder-se-á ao próximo da fila.

11. REGIME DE EXECUÇÃO: O regime de execução do contrato será por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO: O custo estimado total da contratação é de **R\$ 30.545,00 (trinta mil, quinhentos e quarenta e cinco reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1 que trata da definição do objeto nesse termo de referência.

12.1. Para ocasião do Processo Licitatório em questão, os valores elencados se referem a realização, pelo CISALP, de pesquisa de mercado para obter valores adequados à realidade da região, sendo considerado o menor valor, conforme estabelecido no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. Os preços dos objetos, constantes neste edital, caracterizando o valor unitário de cada item, são FIXOS E IRREAJUSTÁVEIS, salvo por fator superveniente que acarrete a revisão dos preços.

12.3. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela CONTRATADA, esta deverá comprovar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do fornecimento, por meio de apresentação de planilha (s) detalhada (s) de custos seguindo a mesma metodologia da composição da proposta e documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc), que comprovem que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente avençadas.

12.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo CISALP, deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo ao erário público.

12.5. Fica facultado ao CISALP realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela CONTRATADA.

12.6. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica do CISALP.

12.7. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços acordados no presente instrumento.



12.8. É importante destacar que todos os encargos tributários e trabalhistas, estão integralmente integrados ao valor total de cada item contratado.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CISALP deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

Dotações Orçamentárias Exercício de 2025:

5.1.10.302.9001.2.901.3.3.90.39 - Ficha 11

DA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO: O presente Termo de Referência não terá caráter sigiloso e poderá ser divulgado em sua íntegra em qualquer fase da licitação nos termos da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

14. DA PADRONIZAÇÃO E DO PARCELAMENTO:

14.1. A equipe de planejamento decidiu parcelar a solução, optando por aplicação de itens, eis que mostra tecnicamente e economicamente viável a divisão da solução a ser contratada, abrindo vistas a vários prestadores aptos a buscarem o item aplicável a sua área de atuação, conforme sua formação técnica e profissional.

14.2. Desse modo, a solução parcelada para o CISALP tem a aplicabilidade mais eficiente, sendo que a contratação depende das demandas do CISALP, podendo ser fluante de mês para mês, além de ampliar o mercado para o objeto a ser licitado, tendo como finalidade buscar economia de escala e maior número de prestadores capacitados, além da viabilidade de reduzir custo médio do escopo da diluição dos custos fixos.

15. FINALIDADE:

15.1. A finalidade da presente licitação é garantir a observância do princípio constitucional da isonomia através do credenciamento de todas as empresas aptas e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

15.2. Além do objetivo primordial, este certame busca ampliar a eficiência nas contratações públicas. Visa promover a troca de experiências, buscando constantemente a melhor relação entre custos e benefícios para o setor público, fomentando práticas e soluções que contribuam para a melhoria contínua dos serviços prestados. O processo licitatório tem como propósito padronizar o objeto da contratação em relação a todas as observâncias necessárias ao bom andamento e eficiência na prestação de serviços, para que o mesmo ofereça vantagens para a administração pública considerando os aspectos



econômicos, sociais e ambientais. O processo licitatório seguirá padrões de ampla publicidade, divulgando todas as fases e serviços, bem como os contratos resultantes, em sítio eletrônico. Este compromisso visa garantir a transparência e o acesso à informação.

15.3. Conforme exigência legal, o CISALP realizou pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos junto às empresas do ramo do objeto.

16. DA MOTIVAÇÃO PARA ESCOLHA DA MODALIDADE LICITATÓRIA:

O Chamamento Público visto ser uma contratação paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, através de valores estão previamente fixados pelo contratante através de orçamentos realizados e que, diante a demanda de serviços, são necessárias várias empresas com disponibilidade para oferecer o serviço em seus próprios estabelecimentos

16.1. BENEFÍCIOS DA CONTRATAÇÃO: Conforme o Estudo Técnico Preliminar.

16.2. JUSTIFICATIVA: O presente processo de contratação tem como base os princípios administrativos da publicidade, moralidade, impessoalidade e eficiência, bem como em critérios técnicos, para a contratação de serviços destinados às atividades de chaveiro, em atendimento à demanda do CISALP. A necessidade de garantir a segurança, o controle de acesso e a gestão adequada das chaves do consórcio atribui ao CISALP a função de assegurar que múltiplos usuários autorizados possam ter acesso seguro aos locais e equipamentos, preservando bens, documentos e instalações. O CISALP, além de organizar a distribuição e controle de chaves de forma sistemática, também assegura que os serviços essenciais de abertura, fechamento e manutenção de chaves sejam prestados de forma eficiente, confiável e segura, atendendo às necessidades de cada ente consorciado e à administração pública de maneira geral.

16.3. Por todo o exposto, a contratação na modalidade Chamamento Público se faz viável ante a inviabilidade de competição, visto que os valores estão previamente fixados pelo Contratante através de orçamentos realizados e que, diante a demanda de serviços, são necessárias várias empresas com disponibilidade para oferecer o serviço como também, para prestarem serviços.

17. RESPONSÁVEIS: A responsável pela confecção do presente documento é a servidora infra-indicada.





Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paranaíba

CISALP

de ♥ pra você



Lagoa Formosa 17 de outubro de 2025.

ALINE SOUTO DA COSTA

Diretora de Recursos Humanos do CISALP





ANEXO XI

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 Categoria do objeto Prestação de Serviços.

1.2 Processo Administrativo: Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas no fornecimento de serviços de chaveiro, incluindo a confecção e programação de chaves mecânicas e eletrônicas para veículos da frota, cópias de chaves para cadeados e fechaduras, além da realização de manutenção preventiva e corretiva em dispositivos de segurança, garantindo precisão, qualidade e pleno funcionamento para o atendimento das demandas do CISALP.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DO SERVIÇO:

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP, em razão da necessidade de abertura de Chamamento Público, objetiva a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro, com o intuito de atender à demanda do consórcio quanto à confecção de cópias de chaves de diversos tipos, manutenção corretiva e preventiva de fechaduras, programação de chaves eletrônicas veiculares, entre outros serviços correlatos que se fizerem necessários.

Tendo em vista que o CISALP realiza, ao longo do ano, diversos deslocamentos técnicos e operacionais com o uso contínuo de sua frota veicular, especialmente em decorrência da aquisição de novos veículos, torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados de chaveiro.

Além disso, há a necessidade de garantir acesso seguro e facilitado às instalações do consórcio por servidores e colaboradores previamente autorizados. Tal medida visa assegurar o pleno funcionamento das atividades institucionais, otimizar a organização logística, conferir agilidade na execução dos serviços internos e externos, bem como reforçar a segurança patrimonial e o controle de acesso às dependências e veículos oficiais do consórcio.

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de contratação de empresa para prestação de serviços de chaveiro, abrangendo não apenas a confecção de cópias de chaves, mas também os serviços de manutenção preventiva e corretiva, reparo e substituição de fechaduras e mecanismos de travamento, bem como a programação de chaves eletrônicas





veiculares. O objetivo é garantir o funcionamento eficiente da frota e das instalações do consórcio, atender com prontidão às demandas operacionais e administrativas e buscar, continuamente, a excelência na prestação dos serviços públicos oferecidos pelo CISALP.

Fundamenta-se legalmente a contratação no art. 79, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS	ALINE SOUTO DA COSTA

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratada deverá disponibilizar todos materiais básicos, exceto as peças necessárias para troca, para a execução plena e eficaz do objeto contratado.

4.2. A contratada deverá observar rigorosamente os critérios de segurança, boas práticas técnicas e responsabilidade ambiental na execução dos serviços de chaveiro e manutenção. Deverá adotar métodos sustentáveis.

4.3. A contratada será responsável pela substituição imediata de qualquer chave ou componente que apresentar defeitos, mau funcionamento ou falhas que comprometam a segurança ou a funcionalidade dos dispositivos atendidos, sem ônus adicionais para o CISALP.

4.4. Em casos de indisponibilidade de materiais específicos necessários à execução dos serviços, a contratada deverá apresentar soluções técnicas alternativas previamente aprovadas pelo CISALP, garantindo o mesmo nível de qualidade, segurança e compatibilidade. É responsabilidade da contratada comunicar previamente à contratante qualquer imprevisto que possa impactar a execução dos serviços.

4.5. As solicitações para execução dos serviços ocorrerão conforme demanda do CISALP, podendo variar em quantidade e complexidade, de acordo com as necessidades operacionais e administrativas dos setores requisitantes.

4.6. As informações detalhadas sobre o serviço a ser executado, incluindo o local, tipo de serviço, modelo de chave ou sistema e prazos, serão fornecidas previamente pela contratante por meio de ordem de serviço encaminhada à contratada.

4.7. A contratada deverá manter a pontualidade na execução dos atendimentos, especialmente em situações que demandem urgência, como o acesso a veículos ou salas essenciais às atividades do consórcio.



4.8. Todos os itens fornecidos, como chaves, componentes e peças, deverão conter identificação clara do modelo, além de informações sobre procedência, quando aplicável. Caso produzidos pela própria contratada, deverão seguir padrão técnico de qualidade e segurança.

4.9. As cópias de chaves, componentes e reparos deverão ser executados com precisão e estar em perfeitas condições de uso, garantindo durabilidade, segurança e funcionamento correto, de acordo com as normas técnicas e especificações do fabricante original.

4.10. A limpeza e a organização das ferramentas, equipamentos e materiais utilizados na execução dos serviços, bem como o descarte correto de resíduos gerados (como peças substituídas), serão de responsabilidade da contratada.

4.11. Todos os custos relativos ao deslocamento da equipe técnica, transporte de equipamentos, armazenamento de materiais e entrega de itens (como chaves prontas e equipamentos gastos, exceto peças) serão de responsabilidade da contratada, sem qualquer ônus adicional para o CISALP.

4.12. A Contratada deve apresentar os seguintes requisitos para a prestação do serviço:

4.12.1. Ser especializada e possuir capacidade técnica adequada para o serviço proposto.

4.12.2. Ser eficiente e realizar o serviço com celeridade, respeitando as normas técnicas atinentes a prestação do serviço, garantindo qualidade e segurança.

4.12.3. Ser responsável por qualquer dano que a prestação de serviços possa causar, estando disponível para sanar dúvidas e possíveis inconsistências.

4.12.4. Observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução do serviço.

4.12.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.12.6. Diante da impossibilidade de cumprir com o compromisso, outra empresa credenciada será convocada para prestação de serviço.

4.12.7. Comunicar a contratante qualquer eventualidade que acarrete prejuízo ou falhas na execução do contrato.

4.12.8. Os serviços deverão ser realizados, conforme necessidade e demanda do Contratante.



4.13. Trata-se da prestação de serviços de modo que atenda às necessidades e as condições orçamentárias do CISALP.

4.14. O Contratado deverá estar regular com todas as obrigações fiscais e sanitárias.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Do levantamento realizado no mercado constatou-se que o presente objeto, na modalidade de credenciamento, constitui usual e bem sedimentada por órgãos públicos de todo extensão territorial nacional.

As contratações simultâneas são importantes para viabilizar o atendimento integral a possíveis demandas do CISALP, uma vez que temos operação em diversas cidades, como Patos de Minas e Uberaba com o Vigilância Laboratorial e Uberlândia, Ituiutaba, e Uberaba com o VISACIS, sem se considerar as cidades em que há veículos do CISALP e que poderá surgir novas demandas. Nota-se que o serviço é muito pessoal e que geralmente seus prestadores são individuais, não havendo empresas com grande estrutura para atendimento, o credenciamento viabilizará que tenhamos ao menos um contrato em cada cidade necessária, ou ao menos com maior proximidade.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO: Os consórcios públicos enquanto soluções organizacionais atuam suprimindo as necessidades de coordenação e integração entre os entes federativos. Os benefícios dos consórcios são o ganho de escala na prestação de serviços, a racionalidade de processos e de despesas. A regionalização vem como uma estratégia de hierarquização que orienta a descentralização as ações e serviços, proporcionando a opção de oferta de serviços em volumetria o que tendem a reduzir-se os preços / custos sendo uma ferramenta de grande valia para Administração Pública.

Esta abordagem não apenas se revela como uma ferramenta valiosa para a Administração Pública, mas também assegura a que tenhamos um serviço e uma solução mais eficaz ao tempo necessário para manutenção e continuidade dos serviços finalitários deste Consórcio.

O credenciamento, nos termos do artigo 79, I, da Lei nº 14.133/21, apresenta-se como uma solução eficaz para a contratação de serviços de chaveiro, compreendendo a confecção de cópias de chaves e a realização de manutenções eventuais em portas e fechaduras das unidades físicas do CISALP. A modalidade permite a seleção de prestadores que atendam integralmente às condições estabelecidas no edital, ampliando a



oferta de serviços de forma estratégica dentro da área de atuação do Consórcio. Dessa forma, busca-se garantir maior celeridade, economicidade e eficiência na execução desses serviços, essenciais para o pleno funcionamento das instalações e a segurança patrimonial. Embora não se trate de atendimento em regime de plantão, o credenciamento possibilita a criação de um cadastro de profissionais aptos a atender conforme a demanda, com respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia e eficiência previstos na legislação vigente.

No caso do CISALP, atualmente composto por 52 (cinquenta e dois) entes consorciados, com perspectiva de aumento de novos consorciados, o credenciamento se mostra essencial para atender a uma demanda grande e diversificada geograficamente, na prestação de serviços.

Concluímos, assim, que a solução mais vantajosa, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico, é a realização de procedimento licitatório por meio de Chamamento Público (Credenciamento), com o objetivo de promover o credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de chaveiro, abrangendo a confecção de cópias de chaves e reparos em geral, para atendimento às demandas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP.

6.1. A forma do fornecimento, os custos e o modo de pagamento, responsabilidades e condições gerais, seguem especificadas a seguir:

7. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE E DO VALOR A SEREM CONTRATADAS: Valor: R\$ 30.545,00 (trinta mil, quinhentos e quarenta e cinco reais),

7.1. Esta forma de contratação ainda não foi utilizada para o presente objeto, desse modo, não temos registro histórico de possíveis quantitativos a serem gastos. Assim, considerando as adversidades, bem como o crescimento da estrutura do CISALP, é notório o aumento da demanda.

Almeja-se que a presente contratação seja realizada para o fornecimento dos itens supracitados, os quais serão solicitados de acordo com a demanda apresentada em ordem de fornecimento, considerando sempre, o quantitativo de participantes confirmados para tal evento programado.

A presente estimativa foi elaborada com base em critérios técnicos e operacionais, considerando as necessidades atuais e potenciais do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP. Embora se trate de uma contratação por demanda, com



quantitativos que podem variar ao longo da vigência contratual, torna-se necessário apresentar parâmetros que fundamentem a previsão de uso dos serviços.

Para tanto, considerou-se a estrutura física do Consórcio, que atualmente conta com mais de 50 portas, distribuídas entre a sede administrativa, a sede assistencial e o Centro de Especialidades Médicas (CEM), todas com necessidade de controle de acesso, possíveis manutenção de fechaduras e reposição de chaves. Levou-se em conta, ainda, a média de servidores e colaboradores que necessitam de acesso individualizado aos ambientes, bem como a renovação constante da frota de veículos do CISALP, com previsão de incorporação de novos veículos. Esses meios de transporte demandam serviços como cópias de chaves, inclusive eletrônicas, reparos em sistemas de travamento e manutenções preventivas e corretivas em geral.

A estimativa de 60 (sessenta) horas anuais para o item de manutenção e reparo de dispositivos de segurança e chaveiros foi definida com base em uma possível média de utilização mensal de aproximadamente 5 (cinco) horas, considerando a quantidade significativa de portas, portões e sistemas de travamento existentes nas dependências do CISALP. Dessa forma, adotou-se o cálculo $5 \text{ horas/mês} \times 12 \text{ meses} = 60 \text{ horas/ano}$, representando uma previsão plausível e suficiente para atender às demandas de manutenção preventiva e corretiva que possam surgir ao longo do exercício, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos.

A necessidade de reposições decorrentes de extravios, quebras ou desgaste natural dos dispositivos também contribui para a variação da demanda ao longo do tempo. Dessa forma, mesmo que não se trate de um quantitativo fixo, a estimativa apresentada serve como referência para dimensionamento da capacidade mínima exigida das empresas credenciadas.

7.2. Considera-se integrado ao valor total do item, todos os encargos tributários e trabalhistas, despesas (para serviços de terceiros) e demais agregadas a prestação dos serviços.

8. Seguem descritivos, quantitativos e estimativas de valores:



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	11288	Confecção de cópias de chaves abrangendo todos os tipos de chaves de cadeados, fechaduras e dispositivos similares, com precisão na cópia, respeitando as especificações dos modelos solicitados. O serviço deve garantir o funcionamento pleno dos dispositivos de segurança para os quais as chaves se destinam.	SV	50	R\$ 14,50	R\$725,00
02	11289	Confecção de cópias de chaves simples para veículos da frota da CISALP, incluindo ônibus, carros e vans que não possuem sistemas eletrônicos de segurança, como chip ou imobilizador. As chaves devem ser reproduzidas com precisão, utilizando materiais de qualidade e compatíveis com o modelo original, garantindo seu funcionamento correto, sem comprometer a segurança ou causar danos aos veículos.	SV	50	R\$ 50,00	R\$ 2.500,00





03	11290	Confecção e programação de chaves eletrônicas para veículos modernos da frota CISALP, incluindo ônibus, carros e vans que utilizam sistemas de imobilização ou outros dispositivos de segurança codificados. As cópias devem ser programadas de acordo com as especificações técnicas de cada modelo de veículo, utilizando equipamentos compatíveis e seguros, de forma a garantir total integração com o sistema eletrônico de segurança. A chave resultante deve funcionar corretamente nas funções de ignição, travamento e desbloqueio, com a mesma eficácia e confiabilidade da chave original.	SV	50	R\$ 400,00	R\$ 20.000,00
04	11291	Serviços de manutenção preventiva e corretiva em fechaduras, cadeados e demais dispositivos de segurança, abrangendo todos os tipos de reparos necessários para garantir o pleno	HORA	60	R\$ 122,00	R\$ 7.320,00





		<p>funcionamento desses sistemas. As manutenções devem ser realizadas de forma imediata, sempre que solicitado, incluindo ajustes, consertos e substituição de peças, quando necessário, utilizando componentes fornecidos pelo CISALP.</p> <p>Observação: cilindros e fechaduras serão fornecidos pelo CISALP. Demais materiais necessários para a execução dos serviços de manutenção (como parafusos, molas, lubrificantes, entre outros) serão de responsabilidade do prestador de serviços.</p>				
--	--	--	--	--	--	--

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se o valor da contratação em **R\$ 30.545,00 (trinta mil, quinhentos e quarenta e cinco reais).**

8.1. Para os itens, foi necessária pesquisa com fornecedores regionais praticantes de tais prestação de serviço no mercado e banco de preços. Após, foi feita a análise para encontrar o menor valor de cada item.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

10.1. A equipe de planejamento decidiu parcelar a solução, optando por aplicação de itens conforme demanda apresentada pelo consórcio, eis que mostra tecnicamente e



economicamente viável a divisão da solução a ser contratada, permitindo a participação de vários prestadores aptos a se credenciarem conforme sua área de atuação.

10.2. Desse modo, a solução parcelada para o CISALP tem a aplicabilidade mais eficiente, visto que o fornecimento parcelado dos produtos é satisfatório do ponto de vista de economicidade, planejamento, eficiência e qualidade dos produtos confeccionados e da prestação de serviços realizada.

10.3. O parcelamento do serviço é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica uma vez que, mantém a qualidade dos serviços, a facilidade do acesso e o controle da gestão. Esta contratação depende das demandas do CISALP, podendo ser flutuante, além de ampliar o mercado para o objeto a ser licitado, tendo como finalidade buscar economia de escala e maior número de prestadores com capacidade técnica em diversas regiões de atuação do CISALP, além da viabilidade de reduzir custo médio do escopo da diluição dos custos fixos.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Deverá o CISALP providenciar a aquisição das peças e equipamentos necessários para troca, a depender da demanda passada pelos prestadores.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

A presente contratação está em conformidade com o planejamento estratégico e operacional do CISALP, uma vez que visa garantir a continuidade e a segurança das atividades desenvolvidas pelo consórcio. Os serviços de confecção de chaves, programação de chaves eletrônicas e manutenção de dispositivos de segurança são indispensáveis para o pleno funcionamento da infraestrutura física e veicular da instituição, assegurando o controle de acesso, a proteção patrimonial e o suporte adequado às operações administrativas e logísticas. Tais serviços integram o conjunto de ações voltadas à manutenção preventiva e corretiva dos bens e instalações do consórcio, contribuindo para a eficiência na gestão patrimonial e para o cumprimento das metas institucionais estabelecidas no planejamento anual. A disponibilidade de equipamentos e sistemas de segurança em perfeito estado de funcionamento é fundamental para a realização das atividades internas, reuniões, capacitações, assembleias e demais eventos realizados pelo CISALP, garantindo ambientes adequados, seguros e funcionais para servidores, gestores e representantes dos entes consorciados.



13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO:

A contratação dos serviços de confecção de cópias de chaves, programação de chaves eletrônicas e manutenção de dispositivos de segurança visa garantir benefícios estratégicos e operacionais para o CISALP, assegurando a continuidade, segurança e eficiência das suas operações. Esses serviços trarão impactos positivos tanto para a gestão interna quanto para as atividades externas da instituição, com foco na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos entes consorciados e à sociedade em geral.

A realização de manutenções preventivas e corretivas nos sistemas de segurança, como fechaduras, cadeados e outros dispositivos, promove a manutenção contínua da infraestrutura, evitando falhas inesperadas e garantindo o funcionamento adequado dos dispositivos. Além disso, a manutenção preventiva reduz o custo com reparos corretivos e assegura a proteção do patrimônio e das operações do CISALP contra acessos não autorizados ou falhas de segurança que poderiam resultar em danos materiais ou logísticos.

A contratação também visa otimizar a gestão de custos e recursos, minimizando a necessidade de contratações emergenciais. Garantir que os serviços sejam realizados dentro de prazos definidos e com a qualidade exigida contribui para a eficiência operacional. A utilização de materiais de alta qualidade para a confecção de chaves e a execução das manutenções com peças e componentes de primeira linha evitam a necessidade de reposições frequentes, reduzindo os custos operacionais a longo prazo e maximizando a vida útil dos dispositivos de segurança.

Por fim, o cumprimento rigoroso dos requisitos técnicos e de segurança assegura uma execução ágil das atividades institucionais, promovendo operações mais fluídas e seguras, tanto nas ações internas quanto na organização de eventos, treinamentos e reuniões do CISALP.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS: Para a execução do contrato, a CONTRATADA deverá dispor de todos os materiais de uso rotineiro, matéria prima e recursos humanos necessários para que o serviço seja realizado de forma adequada.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

Dada a natureza do objeto a ser contratado, não se identificam impactos ambientais significativos decorrentes da execução dos serviços de confecção de chaves, programação de chaves eletrônicas e manutenção de dispositivos de segurança. No entanto, é imprescindível que a empresa contratada atenda integralmente às exigências dos órgãos



ambientais competentes, especialmente no que se refere ao descarte de resíduos metálicos e componentes eletrônicos deve seguir a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Os serviços devem priorizar o uso de materiais recicláveis, reduzir o consumo de recursos e adotar boas práticas ambientais.

16. ANÁLISE DE RISCOS: Riscos: fase de planejamento

RISCO 1		Deficiência na definição da demanda
Probabilidade	Média	Dano potencial
		Super dimensionamento ou sub dimensionamento da demanda
Ação preventiva		Responsável
Qualificação da equipe de planejamento; conhecimento do escopo.		Equipe de planejamento da contratação
Ação de contingência		Responsável
Restabelecimento da demanda		Equipe de planejamento da contratação
RISCO 2		Não aprovação do Estudo Técnico Preliminar ou do Termo de Referência
Probabilidade	Baixa	Dano potencial
		Atraso no processo de contratação e, consequentemente, atraso no início da prestação do serviço.
Ação preventiva		Responsável
Instruir o ETP e o TR em estrita aderência as disposições dos normativos aplicados a contratação.		Equipe de planejamento da contratação
Ação de contingência		Responsável
Exposição do arcabouço legal em que a contratação de serviços de limpeza deva seguir.		Equipe de planejamento da contratação

19.1. Riscos: fase da licitação

RISCO 3		Deficiências do ato convocatório; critérios de julgamento, prazos e sanções, entre outros.
Probabilidade	Baixa	Dano potencial



		Encerramento da licitação.
Ação preventiva		Responsável
Capacitação de servidores; incorporar as atualizações da legislação (acórdãos TCU); estabelecer rotinas de revisão.		Equipe de licitação.
Ação de contingência		Responsável
Suspensão da licitação.		Equipe de licitação

19.2. Riscos: gestão do contrato

RISCO 4		Inércia frente a descumprimento de obrigações contratuais. Falha ou omissão no registro dos atos e fatos do contrato.
Probabilidade	Média	Dano potencial
		Deficiência na prestação dos serviços. Prejuízos financeiros a administração.
Ação preventiva		Responsável
Capacitação de servidores; conhecimento dos termos contratuais e do serviço a ser executado. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual.		Fiscal técnico e administrativo, gestor do contrato.
Ação de contingência		Responsável
Sanções administrativas. Responsabilização da gestão e fiscalização contratual.		Fiscal técnico e administrativo, gestor do contrato.
RISCO 5		Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada.
Probabilidade	Alta	Dano potencial
		Responsabilização subsidiária da Administração.



Ação preventiva	Responsável
Capacitação de servidores. Previsão expressa no termo de contrato. Conhecimento dos termos contratuais. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual.	Equipe técnico e administrativo, gestor do contrato.
Ação de contingência	Responsável
Conferência rotineira do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciária e com FGTS da contratada	Fiscal técnico e administrativo, gestor do contrato.

19.3. Riscos: execução do serviço

RISCO 6		Atraso na execução dos serviços (demora na confecção ou manutenção de chaves e fechaduras)
Probabilidade	Média	Dano potencial
		Interrupção de uso de veículos e instalações, comprometendo atividades administrativas e operacionais..
Ação preventiva		Responsável
Estabelecer prazos claros no contrato; exigir disponibilidade mínima e atendimento imediato em casos urgentes; prever penalidades contratuais por atraso.		Equipe de licitação.
Ação de contingência		Responsável
Acionar outro fornecedor emergencialmente via contratação direta por pequeno valor; priorizar atendimento de urgência até a regularização.		Equipe de licitação
RISCO 7		Falha na programação de chaves eletrônicas (codificadas)



Probabilidade	Média	Dano potencial
		Imobilização de veículos; necessidade de assistência técnica externa; aumento de custos.
Ação preventiva		Responsável
Exigir que o prestador tenha equipamentos adequados e técnicos certificados; realizar teste funcional no ato da entrega.		Equipe técnico e administrativo, gestor do contrato.
Ação de contingência		Responsável
Acionar concessionária ou técnico autorizado; substituição da chave sem custo adicional; garantir continuidade das operações com chaves reservas.		Fiscal técnico e administrativo, gestor do contrato.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE: A equipe de planejamento declara viável a contratação.

18. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE: Com base nas informações levantadas ao longo do estudo preliminar, bem como em outros processos licitatórios executados pelo CISALP utilizando dos mesmos critérios de planejamento, e considerando o fornecimento de acordo com as reais necessidades do CISALP.

19. RESULTADOS PRETENDIDOS: Pretende-se com a formação do credenciamento, obter um mecanismo ágil e seguro para realização de contratações, sem comprometimento da execução orçamentária.

Lagoa Formosa, 05 de novembro de 2025.

Aline Souto da Costa

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

SETOR REQUISITANTE



ANEXO XII

Formulário de Requerimento de Prestação de Serviços

Venho, por meio deste, encaminhar a empresa _____
solicitação de prestação do serviço
_____, na _____, situada no endereço _____
na cidade de _____,
conforme critérios estabelecidos no Edital do Processo Licitatório nº. 067 de 2025,
Inexigibilidade por Credenciamento nº. 021 de 2025.

Assinatura e Carimbo do Responsável pela Instituição.





ANEXO XIII (NÃO PRECISA SER PREENCHIDA PELO LICITANTE)

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 067/2025

INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO N° 021/2025

TERMO DE CONTRATO QUE
CELEBRAM O CONSÓRCIO PÚBLICO
INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA
MICRORREGIÃO DO ALTO
PARANAÍBA - CISALP E O (A)
(*****).

Pelo presente Termo de Credenciamento o **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRO REGIÃO DO ALTO PARANAÍBA - CISALP**, pessoa jurídica de direito público interno, do tipo associação pública, inscrito no CNPJ/MF sob o n°. 02.319.394/0001-70, com sede à Rua Juquinha Souto, n° 100, bairro Novo Horizonte, na cidade de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais, doravante denominado **CONTRATANTE**, credencia (*****) inscrito no CNPJ sob o n° (*****), doravante denominado **CONTRATADO**, representada pelo sócio administrativo (*****), para prestar (*****) na área de Consórcio, mediante sujeição mútua às cláusulas que se anunciam e ao processo de **Inexigibilidade por Credenciamento n°. 021/2025**, ratificado no dia (*****).

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

1.1. Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas no fornecimento de serviços de chaveiro para prestação de serviços como confecção de cópias de chave, reparos e manutenções para o CISALP, sem garantia de consumo mínimo e com pagamento por contratação individualizada, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.





CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O Contratado obriga-se a prestar os serviços, objeto deste edital de credenciamento, a saber:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	VALOR UNITÁRIO
(Nº. do item no Edital)	XXX XX	Descrição do serviço prestado	SV.	(valor constante no Edital, para o item em questão)

Prestação de serviço pelo valor do Edital, nele incluído impostos, taxas, contribuições e demais tributos que envolvem o serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RETENÇÕES FISCAIS

3.1. DO IMPOSTO DE RENDA: Deverá ser retido na nota fiscal o valor de Imposto de Renda, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 alterada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, e regulamentada no CISALP através da resolução nº 21/2023. Pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

3.2. DOS IMPOSTOS DE PIS, COFINS E CSLL: Os impostos de PIS, COFINS e CSLL não são passíveis de retenção na fonte devido a não formalização de convênio com a Receita Federal, conforme preconiza a portaria SRF 1.454/2004.

3.3. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (QUANDO FOR O CASO) - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

3.4. A falta de destaque do valor de qualquer retenção no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.





CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 4.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente ou boleto bancário, indicados pelo contratado, devendo obrigatoriamente o crédito ser realizado para o mesmo CNPJ contratado com a administração pública.
- 4.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 4.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.
- 4.7. Para a presente aquisição/prestação de serviço nos pagamentos NÃO observarão condições semelhantes às do setor privado por não ser conveniente ao CISALP essa forma de pagamento.
- 4.8. As transferências que serão feitas para outros bancos que não seja banco do Brasil será descontado a despesa de transferência bancária.
- 4.9. Os valores constantes no Anexo V correspondem ao valor total dos produtos contratados, já incluídos todos os recolhimentos tributários, previdenciários, fiscais, trabalhistas e quaisquer outros porventura incidentes.
- 4.10. No valor do serviço/produto estão inclusas todas as despesas geradas para o deslocamento do profissional. Quaisquer intercorrências durante o deslocamento serão de responsabilidade do CONTRATADO.
- 4.11. Quaisquer despesas extras ou valores cobrados em desacordo com o Termo de Contrato não serão autorizadas pelo CISALP.



CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas provenientes do objeto desta licitação correrão por conta da dotação orçamentária do CISALP, por intermédio dos recursos consignados no Orçamento Anual do CISALP, para o ano 2025 e correlatas para o ano de 2025:

5.1.10.302.9001.2.901.3.3.90.39 - Ficha 11

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Efetuar os pedidos de fornecimento do (s) item (s) em conformidade com o edital e a ata de registro de preços assinados.

6.2. Encaminhar a solicitação de fornecimento do (s) item (s) por e-mail.

6.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao recebimento do (s) item (s) solicitado (s).

6.4. Comunicar formalmente e imediatamente a Contratada do item, qualquer anormalidade no fornecimento (entrega) de qualquer (is) item (s), podendo suspender a entrega em desacordo com as especificações contidas no edital para que o (s) mesmo (s) possa ser substituído (s) no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, sem acréscimo de valor.

6.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

6.6. Acompanhar e fiscalizar, com rigor, o cumprimento do objeto desta contratação, a fim de que os itens sejam entregues corretamente.

6.7 A existência da fiscalização não eximirá a empresa contratada de nenhuma responsabilidade técnica.

6.8 Dar ciência à empresa contratada imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na execução da Ata de registro de preços e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento.

6.9. Pagar à contratada o valor resultante dos itens, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

6.11. Disponibilizar todas as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato.

6.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado de eventuais preferências estabelecidas em lei.



CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 7.1. Fornecer os itens/serviços de forma geral observando atentamente o fluxo estabelecido, as características e especificações, conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar, no Edital, na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência.
- 7.2. Respeitar as normas técnicas atinentes a fabricação do item, garantindo qualidade.
- 7.3. Prestar qualquer informação que se fizer necessária.
- 7.4. O prazo de entrega dos produtos deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias a contar da data da expedição da ordem de fornecimento pelo CISALP, que será encaminhada via e-mail previamente indicado pelo fornecedor, que também será responsável por manter o referido e-mail atualizado.
- 7.5. Entregar os produtos em conformidade com o Edital no endereço definido pela Contratante.
- 7.6. Apresentar e disponibilizar, à Contratante, soluções que a mantenham atualizadas à segurança e à qualidade dos materiais.
- 7.7. Responsabilizar-se por todos os danos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, provocados pela negligência, imprudência ou imperícia quando repará-las e corrigi-las às suas expensas.
- 7.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante, apresentando sempre que solicitado pela CONTRATANTE, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.
- 7.9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas, inclusive quanto aos preços praticados na ata de registro de preços.
- 7.10. Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto, de acordo com as especificações determinadas neste Termo de Referência, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e/ou pelos itens disponibilizados.
- 7.11. Manter-se, durante toda a execução da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 7.12. Todos os custos com transporte, frete, insumos e mão-de-obra serão sem ônus para a Contratante.



7.13. Ser responsável por qualquer dano e/ou defeitos que o item vir a apresentar, estando disponível para sanar dúvidas e possíveis inconsistências.

7.14. Cumprir com toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução do objeto.

7.15. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Entregar os itens no endereço pré-definido pela Contratante.

CLÁUSULA OITAVA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. A validade do Termo de Credenciamento acompanhará a validade do processo de credenciamento, contado a partir da assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido a critério do contratante, sem que ao contratado caiba qualquer indenização, ou, reclamação.

9.2. A inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas da Lei Federal 14.133/21.

9.3. O Termo de Credenciamento poderá ser rescindido se, por algum motivo, o contratado deixar de possuir as condições de habilitação exigidas no Edital de Credenciamento.

9.4. A rescisão deste Termo de Credenciamento poderá ocorrer nas formas previstas no Artigo 137 da Lei Federal 14.133/21.

9.5. Poderá ser solicitada rescisão de Termo de Contrato por parte do CONTRATADO, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, condicionada à análise do contratante quanto a possibilidade da rescisão antes do término de vigência do presente Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES E SANÇÕES

10.1. O não cumprimento ou o cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação de serviço, por parte do CONTRATADO, ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Termo de Contrato, para cada



notificação formalizada a este, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei.

10.1.2 A aplicação da multa prevista no item anterior poderá ocorrer somente três vezes, sendo que a notificação seguinte ensejará a rescisão contratual e aplicação das demais sanções previstas.

10.1.3. O CONTRATADO ficará sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações, nos casos não previstos no Edital.

10.2.1. Verificada uma das hipóteses previstas nos subitens anteriores, o CISALP poderá optar pela convocação dos demais contratados, se houver.

10.2.2. Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado o CISALP poderá, garantida a prévia defesa do contratado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste Termo de Contrato juntamente com as seguintes sanções.

a) Advertência.

b) Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.2.3. As sanções previstas na alínea “c”, do subitem 10.2.2, são de competência exclusiva do Presidente do CISALP, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias a contar da abertura das vistas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PROTEÇÃO DE DADOS

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo 7 aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS

12.1. Fazem parte deste instrumento o disposto no Edital de Contrato e seus anexos, tendo plena validade entre as partes contratantes.

12.2. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Termo de Contrato, não exime o infrator de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.3. O CONTRATADO se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto nas Cláusulas Décima e Décima Primeira.

12.4. O presente Termo de Contrato é regido pela Lei Federal nº. 14.133/21 e alterações.

12.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Patos de Minas - MG, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Termo de Contrato.

E, por assim estarem de acordo e ajustados, firmam este instrumento em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas para a produção dos desejados efeitos jurídicos.

Lagoa Formosa/MG, ____ de _____ de 2025.

CISALP
Fernando Breno Valadares Vieira

Fornecedor
Representante
TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CPF:

CPF:

Cargo:

Cargo: